

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº _____, DE 2015

(Do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita a convocação do Senhor Arthur Chioro, Ministro da Saúde, para que possa esclarecer informações noticiadas pelos jornais de que, após um ano do Programa Federal Mais Médicos, metade das prefeituras perdeu profissionais que deveriam atender a população.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, IV, do Regimento Interno e art. 50, caput, da Constituição Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Senhor Arthur Chioro, Ministro da Saúde, para que possa esclarecer informações noticiadas pelos jornais de que, após um ano do Programa Federal Mais Médicos, metade das prefeituras perdeu profissionais que deveriam atender a população.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 6 de março foi noticiado nos jornais de grande circulação do país o que o Programa Mais Médicos foi mais um engodo para a reeleição da presidente Dilma Rousseff e a população não foi beneficiada com a vinda de 11 mil médicos estrangeiros.

Na auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) foi constatado que 49% dos primeiros municípios participantes dispensaram seus médicos ao receber os bolsistas. O Ministério da Saúde não fez o monitoramento adequado que é importante para o programa e muitos médicos não tiveram seu trabalho supervisionado como é regra do Mais Médicos.

Segue matéria:

APÓS 1 ANO DO MAIS MÉDICOS, METADE DAS PREFEITURAS PERDEU PROFISSIONAIS

Auditoria revela que 49% das primeiras participantes dispensaram seus médicos ao receber bolsistas

Ministério da Saúde não faz monitoramento adequado, afirma TCU; pasta diz que cidades foram notificadas

Folha de S. Paulo – 06/03/2015

NATÁLIA CANCIAN

Das primeiras cidades a receber profissionais do Mais Médicos, quase metade (49%) tinha, após menos de um ano, uma quantidade menor de médicos na rede pública municipal do que no dia em que os bolsistas chegaram.

Além disso, ao menos um de cada três médicos do programa trabalhava sem a supervisão prevista nas regras.

Essas são algumas das constatações de uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) no principal programa social do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, usado como vitrine na campanha de reeleição.

Para o órgão de controle, o Ministério da Saúde não faz um monitoramento adequado "para assegurar que os municípios não substituam médicos que já compunham equipes de atenção básica pelos participantes do projeto nem que haja redução do número de equipes".

Os ministros do TCU determinaram à pasta a abertura de apuração sobre o caso.

O ministério informou à Folha que os municípios foram notificados e apresentaram justificativas.

Em 2013, ano inicial do projeto, 1.174 municípios receberam profissionais do programa, que busca levar médicos ao interior e a periferias das grandes cidades --para isso, trouxe cerca de 11 mil estrangeiros para o país.

Em agosto daquele ano, a Folha mostrou que prefeitos de 11 cidades pretendiam demitir médicos após a chegada dos profissionais do programa. O então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse que, quem fizesse isso, poderia sair do Mais Médicos.

A ameaça pode ter tido algum efeito de assustar essas cidades que declararam que fariam as demissões: quatro das 11 receberam médicos até 2013, sendo que três aumentaram seus profissionais e só uma reduziu a quantidade.

Pelo país inteiro, porém, a lógica foi diferente. Os técnicos do TCU constataram, ao comparar os médicos existentes em agosto de 2013 e abril de 2014, que 161 cidades (14%) sofreram redução --inclusive somando os profissionais do Mais Médicos.

Nesses municípios, havia 2.630 médicos --que, somados aos 262 que chegaram pelo Mais Médicos, totalizaram 2.892. Em abril de 2014, porém, o TCU constatou só 2.288.

Em outras 239 cidades, a quantidade estava igual a antes do início do programa. Em 168 houve aumento, mas em número menor do que a quantidade de profissionais enviadas pelo Mais Médicos.

Outra constatação da auditoria é que 31% dos médicos do programa não tinham um supervisor, espécie de avalista com a função de auxiliá-los.

O programa previa essa obrigatoriedade porque a maioria dos estrangeiros não teve o diploma revalidado.

Nas entrevistas feitas pelos auditores, 18% dos médicos admitiram que a falta de conhecimento de protocolos clínicos atrapalhou o atendimento e 50% afirmaram terem entrado em contato com o supervisor para tirar dúvidas.

O ponto positivo mostrado pelo TCU é que o número de atendimentos de atenção básica, como consultas, subiu 33% nas cidades atendidas pelo Mais Médicos, ante 14% naquelas sem programa.

Por outro lado, 25% dos municípios que receberam o programa diminuíram o número de consultas, o que pode ser um indício de que os médicos já existentes foram de fato substituídos.

Como se pode perceber da leitura da notícia acima transcrita, as informações divulgadas são preocupantes e precisam ser esclarecidas.

Assim, a convocação do Ministro da Saúde, Arthur Chioro, que ora requeremos, é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 06 de março de 2015.

Deputado Vanderlei Macris
PSDB/SP